



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ANA CARLA AMORIM SOARES
ELAIRA FERNANDA ALVES QUEIROZ**

SERRA DO NAVIO: HISTÓRIA, DESENVOLVIMENTO E ATUALIDADES

**MACAPÁ –AP
2017**

Ana Carla Amorim Soares
Elaira Fernanda Alves Queiroz

SERRA DO NAVIO: HISTÓRIA, DESENVOLVIMENTO E ATUALIDADES

Artigo apresentado a Universidade Federal do Amapá
como requisito básico para Conclusão de Curso de
Ciências Sociais.

Orientador:
Prof. Dr. Manoel de Jesus de Souza Pinto.

MACAPÁ –AP
2017

SERRA DO NAVIO: HISTÓRIA, DESENVOLVIMENTO E ATUALIDADES

Ana Carla Amorim Soares ¹

Elaira Fernanda Alves Queiroz ²

RESUMO

O presente artigo, em linhas gerais, pretende fazer uma reflexão sobre a cidade de Serra de Navio após o término do Projeto conduzido pela Indústria e comércio de Minérios S.A – ICOMI, que foi celebrado entre o Ex Território Federal do Amapá e a referida empresa, por quase seis (06) décadas. A proposta para esse trabalho é analisar a dinâmica da cidade (sociabilidade, economia, questão social e urbana) tendo como pano de fundo o comportamento da população com a descaracterização da cidade após a saída da empresa. Para a coleta de dados, a metodologia utilizada foi um estudo qualitativo, partindo da revisão bibliográfica com o levantamento da literatura pertinente sobre a história da mineração industrial no Amapá.

Palavras-chave: Serra do Navio. ICOMI. Sociabilidade. Transformações urbanas.

ABSTRACT

This article, in general terms, intends to reflect on the town of Serra de Navio after the end of the Project conducted by the Industry and Commerce of Minérios SA - ICOMI, which was concluded between the Former Federal Territory of Amapá and the said company, For almost six (06) decades. The purpose of this paper is to analyze the dynamics of the city (sociability, economy, social and urban issues), taking into account the behavior of the population and the de-characterization of the city after leaving the company. For the data collection, the methodology used was a qualitative study, starting from the bibliographical review with the pertinent literature survey on the history of industrial mining in Amapá.

Keywords: Serra do Navio. ICOMI. Sociability. Urban transformations.

1. INTRODUÇÃO

O objeto de estudo em questão é o município de Serra do Navio, localizado na região noroeste do Estado do Amapá. No governo Dutra (1946-1951) foi confirmado o alto teor das pedras de manganês descobertas pelo comerciante Mário Cruz. A exploração das jazidas do minério foi firmada por um contrato que concedia 50 anos (até 2003) de exploração a empresa

¹ Graduanda em Ciências Sociais. E-mail: anacarla_filho@hotmail.com

² Graduanda em Ciências Sociais. E-mail: elairafernandaalves@gmail.com

Artigo apresentado a Universidade Federal do Amapá como requisito para a Conclusão de Curso de Ciências Sociais, sob orientação do Prof. Manoel de Jesus de Souza Pinto. Amapá, 2017.

Indústria e Comércio de Minérios – ICOMI do empresário Augusto Antunes Trajano em parceria com CAEMI e o capital estrangeiro da Bethlehem Steel Company.

A iniciativa de analisar o objeto em questão surgiu no momento em que participamos como cadastradoras sociais no projeto regularização fundiária e cidadania: valorização histórica, urbanística e ambiental em Serra do Navio promovido pela Universidade Federal do Pará. Durante o convívio, foi observado a notável limitação econômica do município em torno apenas da exploração dos recursos minerais.

Na busca por um encadeamento das ideias buscando precisões da ocorrência dos acontecimentos decisivos antes e após a presença da ICOMI, buscamos a fusão do contexto histórico-político nacional e local. Durante a elaboração deste artigo, a metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica e levantamento da literatura pertinente sobre a história da mineração industrial no Amapá, pela relevância selecionamos CUNHA (1962), CHAVES (1995), DRUMMOND; PEREIRA (2007), MONTEIRO (2005), CHAGAS (2013).

Na primeira sessão do artigo (abordamos a similaridade da vocação mineral do Amapá com a política de ocupação empregada na Amazônia. Discorrendo sobre os territórios federais e o percurso do primeiro projeto mineral relacionando com o contexto político internacional e nacional. Em seguida, um breve resumo sobre a importância da Vila de Serra do Navio para a compreensão do modelo de produção adotado e sua estrutura com alusão de Company Town, sendo um diferencial marcado pela singularidade da arquitetura elaborada pensando no clima da região pelo arquiteto Oswaldo Arthur Bratke.

Na segunda sessão, o embate teórico sobre a realidade atual, as políticas de revitalização, as perspectivas com a presença do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN em Serra do Navio e o esforço empregado do Ministério Público da União - MPU em garantir a efetivação do cumprimento do Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD.

2. POLÍTICAS DE OCUPAÇÃO NA AMAZÔNIA E O SONHO DO ELDORADO

O entendimento da dependência de Serra do Navio através da mineração, requer uma reflexão nas raízes do primeiro impulso de exploração dos recursos naturais, seus desdobramentos ainda perduram refletidos na difícil realidade da cidade. No que tange a exploração do manganês a partir de 1950, é reportar a um ávido estudo sobre a história do Amapá, para entender a dinâmica da tradição econômica mineral no Estado.

O cenário nacional da tramitação instalação da ICOMI – Indústria e Comércio de Minérios em Serra do Navio foi na era Vargas, período da implantação do Território Federal do Amapá em 1943. Uma política de integração da Amazônia com o restante do país que naquele momento vivia o processo de industrialização dos grandes centros produtivos. Esse contexto foi favorável para implantação da ICOMI no Amapá:

Redemocratização, fim do Estado Novo, processo de industrialização. Em decorrência disto a constituição de 1946 foi influenciada por ideias liberais haviam sido condenadas na ditadura de Vargas, e removeu todos os aparelhos de controle do Estado para permitir um fluxo de investimentos estrangeiros para o país. Este fato foi de considerável importância para a exploração de manganês, pois permitiu capital estrangeiro para a ICOMI. (BRITO, 1995, p.05)

A polarização entre entreguistas versus nacionalistas foi a brecha para a preferência da empresa brasileira ICOMI na licitação das jazidas de manganês, com a reformulação do primeiro contrato de arrendamento de 1947 para 1950 houve a possibilidade da entrada do capital estrangeiro. Cunha (1962) ao analisar a revisão do contrato de arrendamento identificou que era um termo errôneo por trata-se de recursos não renováveis, o mais apropriado seria um contrato de exploração, pois estava expresso a função da retirada e exportação do minério.

A criação de territórios federais fazia parte do plano de governo de Vargas, um movimento de reconstrução nacional dos grandes centros de produção do Sul do país, esse modelo de identidade nacional foi implantado no Território Federal do Amapá como política de integração pela Administração do Capitão Janary Nunes.

Segundo Rodrigues (2006), a criação dos territórios federais foi uma maneira para assegurar a soberania nacional e o desenvolvimento com segurança. Na prática, o modelo econômico exercido foi o colonialista, expropriação de terras e exploração de recursos naturais. Seguindo as ideias do autor, é perceptível que o discurso da política territorial sobre o impulso da economia e desenvolvimento da região não sucedeu no transcorrer das atividades do território. Mudanças significativas vieram a ocorrer com o início da exportação do manganês, um período de relativo crescimento econômico.

No entanto, Santos (2002) entende que houve uma política de ocupação na Amazônia, quando relata que sem uma política adequada e coerente, o que poderia ser agente de um desenvolvimento harmônico e integrado, transforma-se em arma de cobiça e destruição.

Assim, afirma o autor que a questão mineral na Amazônia como parte desse contexto, ou seja, a mineração é um dos agentes de ocupação.

Esse modelo não leva em consideração as relações sociais já existentes e sua interação ambiental, marginalizando tudo aquilo que seja avesso a modernização. Dessa maneira, impondo o ritmo de produção industrial do capitalismo em regiões vistas como periféricas. Loureiro (2009) explica que os interesses internacionais veem a região como fronteira econômica para o capitalismo internacional, a partir de sua commodities¹. O governo federal tem projetado a Amazônia como vazio demográfico, uma fronteira de ocupação, a região é vendida como reserva de biodiversidade.

O Amapá nunca foi cogitado para ser um Estado desenvolvido a partir da exploração do Manganês. Mas ser um importante fornecedor de manganês para países desenvolvidos e até para o Sudoeste do Brasil. Para os governantes amapaenses e para a empresa que ganhou a concessão de exploração, o destino do manganês de Serra do Navio era a exportação. (DRUMMOND,2004)

Monteiro apud Bunker (2005) relata que as explorações capitalistas contribuem para o subdesenvolvimento de economias extrativas em áreas periféricas e distantes da economia de produção, com base nesse modelo Bunker (1981) justifica o subdesenvolvimento na Amazônia. Caso semelhante a Serra do Navio que possuía uma área frágil na estrutura produtiva, economia baseada timidamente no extrativismo de recursos naturais e sediou a implantação do maior projeto mineral, passível dessa modernização nos argumentos vinculantes na época pelo governo regional. A modernização na visão de Monteiro (2003) está atrelada a destruição de formas tradicionais de estrutura social.

Consoante Brito (1995), a implantação de um projeto mineralógico na Amazônia no contexto do Território Federal do Amapá era ideal para uma economia de enclave. A instalação de um projeto de grande porte em uma região com tímida produção gera um processo de desagregação das estruturas sociais.

A noção de enclave descreve uma forma de produção econômica que apenas demonstra a ocupação de um espaço fora dos limites territoriais dos países industriais, regiões distantes, mas que fazem parte do espaço de acumulação. As

¹ São minérios comercializados internacionalmente, os valores são definidos pelo mercado mundial, assim o país torna-se dependente das oscilações de valores. Para Chagas (2013) o termo commodities minerais, faz menção ao discurso de sustentabilidade da exploração dos recursos minerais em regiões pobres do planeta onde os efeitos desenvolvimentistas não se concretizam.

possibilidades de desenvolvimento para a localidade onde está o enclave, são bastante restritas. Já que a fonte geradora de lucros contribui apenas com a arrecadação de impostos, os chamados efeitos fiscais. Uma atividade econômica muito mais ligada á acumulação de capital fora da região onde está instalado. (BRITO,1995)

A Vila Serra do Navio seguiu moldes urbanísticos e de produção semelhantes a Fordlândia no Pará, por Henry Ford no investimento da borracha. Na construção de uma cidade na selva com características urbanas dos grandes centros financeiros interligados a procura de quantidades consideráveis de matéria-prima. Apesar do volumoso crescimento econômico quando a ICOMI estava em pleno funcionamento, após o seu encerramento não houve ligação da infraestrutura deixada com o seu entorno, ou seja, a Company Town tem sentido somente com a presença da gestão da empresa. Ficando evidente a sua estrita interação externa compromissada com a exportação do minério.

As terras do atual Estado Amapá que foram pertencentes ao Grão-Pará no período colonial, sempre foram alvo de cobiça pelos seus recursos naturais e disputas internacionais pela dominação territorial. Isto se deu pelo modo da sua política de ocupação, fato que explica sua vocação mineral. O processo de colonização da Amazônia para Silva (2002: p,58), não significou o estabelecimento de uma política de povoamento, mas apenas um esforço para a conquista territorial implantado por Portugal na Amazônia.

De acordo com Silva (2002), essa política de conquista territorial culminou para o alastramento de anos de disputas entre Franceses, Holandeses e Ingleses principalmente pela relevância do ouro nessas fronteiras. Assim, é possível inferir que os longos períodos de ocupação territorial almejavam apenas a exploração e não o desenvolvimento da região. A economia do Amapá antes do advento da época manganífera, era baseada na tímida agricultura, pois o ponto forte era a caça, pesca e principalmente o extrativismo de castanhas e látex antes de conhecer a riqueza mineral do manganês. Havia os garimpos, mas não de forma maciça.

Todo esse potencial de matéria-prima e diversidade mineral era sabido no imaginário europeu instigado por cronistas viajantes, contribuindo para o surgimento da história de aventureiros e exploradores do Eldorado Amazônico, motivando o espírito desbravador e fortalecendo a economia de conquista.

Conforme Chagas, 2013:

Embora o Eldorado tenha vindo exclusivamente do imaginário humano, os ibéricos acreditavam cegamente. A exploração mineral foi a atividade econômica mais importante na América Espanhola. Os espanhóis estão presentes nas narrativas de ocupação do vale amazônico no início do século 16 e nas missões religiosas. A busca do Eldorado era o principal motivador. Chagas (2013: p.81)

O simbolismo de riqueza e poder associado aos recursos naturais da Amazônia fez dessa região um sinônimo de paraíso perdido, escondido por densas matas. Recorrendo ao imaginário edênico² e a criação do Território do Amapá como soberania, surgiu um ambiente oportunista para a implantação do maior e primeiro projeto industrial minerador do país. Dessa forma, deu-se a construção do discurso de desenvolvimento econômico da região e a era do eldorado serrano como passaporte para um processo civilizador (ELIAS, 1994) dentro da floresta amazônica.

O Amapá veio revelar indícios de crescimento econômico após a implantação da ICOMI, durante a vigência do contrato de exploração do manganês que alavancou os índices de qualidade de vida e bem-estar social, fazendo do país o maior exportador do minério na época, por se tratar de um contexto internacional propício para o manganês brasileiro. Pois o mundo vivia o embate da guerra fria, com isso a Rússia deixou de fornecer o minério para os EUA. O manganês foi considerado por anos como recurso estratégico pela sua relevância na fabricação do aço e ferro gusa, muito utilizado na indústria bélica e nacionalmente nas siderúrgicas. (DRUMMOND, 2000, p.07)

3. VILA SERRA DO NAVIO – CIDADE DE COMPANHIA

A cidade de Serra do Navio, município do Estado do Amapá, foi tombada em 2010 pelo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Houve uma primeira tentativa de tombamento a nível estadual com a criação de projeto de lei nº 0072/07 - AL de autoria do deputado Manoel Brasil (PNM) que autoriza o governo do Estado do Amapá a considerar patrimônio histórico do Estado “Vila Serra do Navio”. Além de ter sido construída

² “Os expedicionários reencontram e sequenciam o imaginário dos antigos viajantes, cujas histórias sobre fortunas incríveis – lá, Preste João, Grão Khan ou áreas contíguas ao Éden, aqui o Eldorado, Lugar fabuloso e a cidade Manoa das lendárias mulheres guerreiras – estão sempre presentes na invenção da Amazônia”. (GODIM:1994, p.99)

mais próximo das minas, o diferencial consiste na arquitetura modernista na Amazônia, incluindo a construção da primeira Igreja, todo o complexo das vilas, o cinema, bosque, hospital. O seu território foi transmitido a União por documentos com a saída da antiga mineradora Industria e Comércio de Minério do Amapá – ICOMI em parceria com a empresa americana Bethlehem Steel Corporation que paralisou a exploração do manganês em 1998.

A Memória da cidade confunde-se com a história de exploração do manganês, por que foi através dessa eventualidade que a cidade foi construída. Em 1954 começaram a ser erguidos as instalações industriais, a ferrovia e o embarcadouro localizado em Santana na foz do Rio Matapi. No ano seguinte iniciaram-se os trabalhos de urbanização e saneamento e a construção de duas vilas residenciais destinadas aos empregados da ICOMI: uma em Serra do Navio (subdividida em Vila Primária – onde residiam os operários; Vila Intermediária – gerentes e chefes imediatos e a Staff – altos dirigentes e coordenadores) e outra em Santana (Vila Amazonas, organizada de modo semelhante), em projeto concebidos pelo arquiteto Oswaldo Arthur Bratke.

A Vila Serra do Navio foi erguida em modelo padrão e uniforme pensado para o clima local, hoje ainda é possível encontrar casas com mínimas modificações. O objetivo da criação era atender as necessidades de acomodação dos trabalhadores da antiga mineradora e atrair mão de obra qualificada de todas as partes do mundo para trabalhar na primeira experiência industrial de mineração na Amazônia. Segundo relatos de moradores que receberam suas casas através de doação pela ICOMI, depois que a exploração do minério findou Serra do Navio foi considerada por um determinado período como cidade fantasma, pois a mesma vivia em função da produção da empresa.

Devido ao ciclo do manganês, a ICOMI investiu na durabilidade das habitações recorrendo aos estudos do arquiteto Bratke, que projetou as vilas de Serra do navio e Amazonas na condição de Company Town com particularidades específicas voltadas para a necessidade da região.

Company Town era a denominação de cidades de companhia que, surgidas no século XVIII na Inglaterra, constituíram-se em núcleos urbanos dirigidos e controlados por uma companhia de atividade industrial, sendo implantados próximos dos locais de exploração e, normalmente, distantes das cidades mais desenvolvidas. (DOSSIÊ, 2008, p.50)

Apesar dos complexos de residências fechadas de empreendimento privado proporcionarem o propósito de segurança, desestimula os indivíduos para a construção da

moradia própria, este fato contribuiu para a visão paternalista da mineradora na época, a “Mãe-ICOMI”. A Company Town ultrapassa sua finalidade para a moradia, mas como um instrumento para adequar os trabalhadores a um novo ritmo de produção mais próximo do capitalismo industrial. Assim, abandonando as antigas formas de sociabilidades, o típico modo de vida com espaços e temporalidades diferentes dos caboclos amazônidas. (PAZ, 2013)

4. O AUGE DA VILA

A mineradora utilizou vários recursos para gerir e disciplinar os trabalhadores dentro da empresa de forma atrativa, além do cinema, igreja, campo de futebol, clubes. Para isso, promovia constantemente torneios e premiações de várias espécies para elevar o status da vida na ICOMI. O auge das vilas foi marcado pelos tradicionais bailes nos salões do recreio da mina, o destaque era a festa do mineiro a maior festividade de Serra do Navio. Tradicionalmente comemoravam o dia da padroeira da vila, era escolhido o mineiro do ano e a rainha dos mineiros que estampavam a capa das revistas de circulação dentro da empresa.

Figura 1 – Os bailes eram realizados nas residências e nos clubes das Vilas.



Fonte: ICOMI Notícias, julho-agosto, nº36, ano, 1967, p.12.

Figura 2 – A entrada da festa do mineiro



Fonte: ICOMI Notícias, Janeiro, nº13, ano, 1965, p.10

Figura 3 – Santa Bárbara ao centro da imagem é a padroeira do lugar, a eleita rainha dos mineiros de 1964 e o mineiro anterior e do ano.

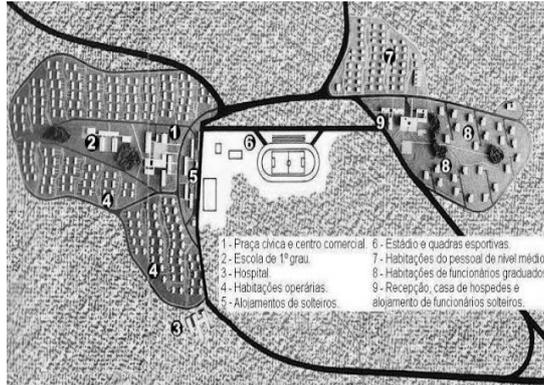


Fonte: ICOMI Notícias, Janeiro, nº13, ano, 1965, p.11

5. A CIDADE SERRA DO NAVIO

Serra do Navio transformou-se em município por intermédio da lei nº 007/92 em 01 de maio de 1992, distante 141 quilômetros da capital do Estado, área territorial aproximada em 7.756.506 km² com 4.938 habitantes, segundo o IBGE. Com a saída da ICOMI e pós instalação do município a sede passou a ser administrada pela prefeitura. Diante disso, a ocupação posterior se deu de forma irregular, muitos que vieram para morar em alojamentos permaneceram e construíram suas casas. Situação similar em casos de professores que permaneceram na cidade, a população serrana é constituída de ex-funcionários da ICOMI e imigrantes que tentaram empreender na região. Há também a transmissão de casas como bens de herança familiar.

Figura 4 - Planta geral da Vila Serra do Navio, Amapá.



Fonte: Novos Cadernos NAEA - V.06 – 2003.

6. ENTORNO DA VILA: AGLOMERADOS DE EXCLUSÃO

A divisão de classes é notável e foi incorporado do modelo implantado das Vilas. Além das casas padrões existe a área de expansão, que se entende como invasão devido a especulação imobiliária das Vilas residenciais. A maioria dos imóveis tanto residenciais como comerciais estão na detenção de poucos. A maioria dessas casas deixadas pela ICOMI hoje são alugadas para as empresas que atuam hoje as adjacentes do município serrano do Amapá.

Devido à estrutura já existente em Serra do Navio, todos querem se estabelecer ali seja para morar ou para poder ganhar algum dinheiro com especulação ou comércio. A Mineradora Pedra Branca do Amapará - MPBA, que explora ouro no município de mesmo nome, é a principal responsável pelo crescente aumento da demanda habitacional na cidade. Comparando-se com o processo de instalação da ICOMI, numa época em que a legislação ambiental praticamente não existia, pode-se dizer que as empresas mineradoras praticamente não fizeram investimentos em instalações para seus empregados, sequer na reestruturação de Vila Serra do Navio (DOSSIÊ, 2008: p.164)

Atualmente no município vizinho Pedra Branca do Amapará, atua a empresa australiana BEADEEL RESOURCES na extração do ouro, é atribuído a mineradora o aumento do ritmo econômico de ambos municípios. Serra do Navio serve de abrigo para a maioria desses trabalhadores, o forte que gira a economia da cidade é o aluguel das casas para as empresas mineradoras, algumas destas casas servem como escritório da empresa no município. Muitas casas ainda preservam somente a fachada, pois o seu interior é todo

modificado e dividido em quartos para servir de alojamento. Enquanto a população fica a margem sendo obrigada a construir aos poucos a periferia da cidade.

A crescente favelização da cidade fica localizada próximo as vilas operárias, a área expansão compreende todas as casas que fogem do padrão uniforme das vilas, conhecida popularmente como cuba de asfalto. Além disso, o município conta com a transitoriedade marcante da comunidade da vila do cachaço que surgiu de colônias agrícolas e pessoas atraídas pela ambição de fazer fortuna no projeto minerador, desde a presença da ICOMI em Serra do Navio, esse perímetro sempre viveu as margens do assistencialismo da gestão pública e da história.

Figura 5 – Área de Expansão localizada atrás do antigo alojamento para solteiros.



Fonte: Arquivo autor, novembro, 2016.

Figura 6 – Cuba de Asfalto.



Fonte: Arquivo autor, novembro, 2016.

Nunes apud Haesbaert (2014) identifica e conceitua essa área de expansão aglomerados de exclusão, é preciso entender primeiramente que o objeto é visto como um

território periférico diante os grandes centros industriais de produção. Segundo Nunes (2014), os espaços de exclusão são inconstantes, a exclusão é sua marca, instável porque os excluídos tentam se firmar e Haesbaert (2004) define exclusão social como caos, insegurança e desorganização.

Consoante a Haesbaert (2004):

(...) que, “arrasados” e padronizados à feição do modelo dominante, [que] muitos preferem considerar espaços sem história, sem identidade. Neles, a velocidade atroz das novas tecnologias transformam num ritmo alucinante a paisagem e incorporam áreas imensas numa mesma rede hierarquizada de fluxos alinhavada em escalas que vão muito além dos níveis local e “regional”. Mas este mesmo processo que, por um lado, produz redes que conectam os capitais com as bolsas mais importantes do mundo e aceleram a circulação da elite planetária, por outro gera uma massa de despossuídos sem as menores condições de acesso a essas redes e sem a menor autonomia para definir seus “circuitos de vida”. Essa massa “estrutural” de miseráveis, fruto em parte do novo padrão tecnológico imposto pelo capitalismo, fica totalmente marginalizada do processo de produção, formando assim verdadeiros amontoados humanos... de exclusão... (1995, p. 166).
(NUNESapudHAESBAERT,2014, p.2)

A dinâmica dos grandes projetos implica nas transformações no espaço e infraestrutura, com bruscas rupturas no padrão de ocupação do espaço local e nas sociabilidades até então definidas, apesar do efeito do crescimento da economia regional, não proporcionou o desenvolvimento social, mas intensificou o crescimento desordenado da população (NUNES, 2014, p.3).

O progresso econômico foi concentrado em um tempo e espaço específico. Grande parte da renda gerada pelo empreendimento não se irradia pela região. Quando o minério acabou, esses pequenos avanços também se exauriram. (PASSOS, 2016). Após a saída da ICOMI do cenário mineral do Estado, o crescimento da cidade não procedeu como nas décadas anteriores da exploração do manganês, a gestão pública não foi eficaz na manutenção dos patrimônios herdados.

7. REALIDADE ATUAL E PERSPECTIVAS

Após o tombamento as Vilas de Serra do Navio tornaram-se sinônimo de patrimônio cultural, as edificações da cidade são associadas automaticamente a pedra do manganês,

cogitado pelo seu valor no ecoturismo e turismo científico, considerando-se a proximidade do município com o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque³.

No imaginário daqueles que nasceram no auge da exploração manganífera, predomina o apego as lembranças da época, aos que partiram e os moradores que permaneceram cultivam a preservação da memória do funcionamento das vilas quando a empresa estava em atividade. Tradicionalmente todo dia 10 de dezembro, existe o encontro com os filhos da ICOMI para relembrar o passado, encarado como a legítima herança e consequente fuga perante o atual descaso com os bens materiais.

As circunstâncias da noção de pertencimento da cidade pelos moradores de Serra do Navio no Amapá, diante da valorização do patrimônio material que predomina no município é frágil devido a presença de explorações posteriores de novas mineradoras.

É relevante os estudos de Rodrigues (2012), para entender as relações existentes em Serra do Navio. A pesquisadora, contribui ao abordar conceitos amplos como: patrimônio cultural, Memória social e identidade cultural em conjunto na perspectiva antropológica, por serem conjuntos de sistemas de representação e de significação.

Mas o que é patrimônio cultural? É o conjunto de bens, materiais e imateriais, que são considerados de interesse coletivo, suficientemente relevantes para a perpetuação no tempo. O patrimônio faz recordar o passado; é uma manifestação, um testemunho, uma invocação, ou melhor, uma convocação do passado. Tem, portanto, a função de (re)memorar acontecimentos mais importantes; daí a relação com o conceito de memória social. A memória social legitima a identidade de um grupo, recorrendo, para isso, do patrimônio (Martins 2011). (RODRIGUES, 2012, p.04)

Por intermédio da linha de pensamento da autora é possível traçar a delicada relação dos conceitos, pois o patrimônio cultural é reproduzido e preservado através da memória social. Por sua vez, ela é base para a construção da identidade, reforçando o sentimento de pertença e continuidade histórica ao grupo. (RODRIGUES, 2012. p.05)

3 Em 22 de agosto de 2002 foi criado o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, está localizado a Noroeste do Estado do Amapá, com pequena porção no Estado do Pará. Municípios que abrange a área do Parque no Amapá: Oiapoque (22,7% - 8.746 Km²), Serra do Navio (41,8% - 16.093 Km²). No Pará: Almerim (1,2 – 470 Km²). Área do Parque Montanhas do Tumucumaque: 3.846.429 há ou 38.464 Km². Sendo o maior parque nacional do Brasil e uma das maiores áreas protegidas em floresta tropical do mundo. (Ver: MORAIS; MORAIS. **Geografia do Amapá**. Macapá- Ap. Ed. JM Gráfica, 2011, p. 86)

A noção de pertencimento é atribuída aquilo que detemos sob nossa responsabilidade, cuidamos e zelamos daquilo que reconhecemos como parte integrante. Ao tramitar entre as vilas é evidente a ausência de manutenções constantes nos quintais das maiorias das casas, denotando até mesmo a falta de habitação.

O município enfrentou a dificuldade em reconhecer os legítimos responsáveis pela herança deixada pela mineradora que foi disputado por anos pela União, Estado e prefeitura:

Terras doadas – No dia 20 de dezembro, a Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Amapá (SPU-AP) assinou o contrato de doação que transferiu 312 hectares da sede urbana do município de Serra do Navio ao Poder Público municipal. A área transferida da cidade foi avaliada em mais de R\$ 45 milhões, conforme o relatório de valor de referência (RVR) nº11/2016, datado de 3 de novembro de 2016, pela SPU-AP. (REIS, 2016) 4

No contrato entre o governo federal e o empreendimento privado foi estipulado que com encerramento do processo de exploração seria transferido as terras e todos os bens construídos para o domínio do poder público, no caso a União. Atualmente, em parceria com IPHAN-AMAPÁ, para facilitar o processo de regularização fundiária da região, a SPU fez a doação da sede urbana ao município para dar prosseguimento ao processo de revitalização.

Esses imóveis das vilas são alugados para as empresas, sob responsabilidade das mineradoras, que abrigam seus funcionários e escritórios, algumas dispoendo até de restaurantes e pousadas para atender os funcionários. Enquanto famílias com domicílio fixo no município são obrigadas a procurar outros espaços para a moradia fora desse complexo, onde não existe saneamento básico e condições básicas inexistentes para a dignidade humana.

Depois do tombamento da cidade, a política cultural de reparação e revitalização para amenizar a descaracterização dessa região e depreciação do patrimônio, partiu do projeto regularização fundiária da Universidade Federal do Amapá – UFPA, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, e a Superintendência do Patrimônio da União – SPU/AMAPÁ e FADESP. A política empregada para o enfrentamento da degradação ambiental surgiu na vigência do contrato da ICOMI, quando contratou a empresa REVECOM para estudos do solo, das águas e reflorestamento com o intuito da elaboração do relatório

4 Melquiades José dos Reis, conhecido por Kid Reis é jornalista e trabalha na Assessoria de comunicação da comissão de regularização fundiária da Universidade Federal do Pará – CRF/UFPA. E-mail: kiddosreis@gmail.com

para o encerramento da exploração. A empresa elaborou o plano de recuperação da área degradada – PRAD alertando sobre o quadro de gravidade da área e os procedimentos⁵.

Figura 7 – Estoque de minérios negociado como commodities.



Fonte: Arquivo autor, novembro, 2016.

O valor de mercado atual dos ativos de manganês estocados em Santana e Serra do Navio não comercializados pela ICOMI, que possivelmente foi principal moeda de negociação utilizada pelos diretores para concretizar a venda da empresa, também originou uma série de conflitos socioambientais envolvendo empresas de mineração, órgãos ambientais e o Ministério Público Estadual que se confrontarão pela responsabilização dos passivos ambientais da ICOMI e não assumidos pela empresa sucessora, principalmente quanto ao cumprimento do PRAD e as multas no valor de R\$52 milhões aplicadas a ICOMI por conta da contaminação ambiental por arsênio. (CHAGAS, 2013, p.161)

Figura 8– a ICOMI passou anos por intensas batalhas judiciais com a Secretaria do Estado e Meio Ambiente – SEMA pelo rejeito mineral contaminado com arsênio, pauta do inquérito CPI DA MINERAÇÃO da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá em 1992, para investigar os danos ambientais ocasionados pela mineração no Estado.

⁵ A ICOMI foi vendida pelo valor simbólico de R\$ 1,00 real para a empresa Alto Tocantins, alegando a exaustão do manganês. Assim gerando uma série de críticas na mídia local sobre os passivos ambientais deixados no pátio da empresa ocasionando conflitos socioambientais decorrentes do fim conturbado do ciclo do manganês. (CHAGAS, 2013, p.160)



Fonte: THAMARA, Haraceli. O destino do manganês contaminado é incerto. O Liberal. Macapá, 14, set. 2001, cidade.

Figura 9 - Até hoje a ICOMI recebe críticas da mídia local pelo encerramento antecipado da mina e descumprimento do PRAD.



Fonte: REVISTA DIÁRIO. O colapso da mineração: negócio pra inglês ver e indiano lucrar. Macapá-AP, ano 3, nº19. 2017.

Chagas (2013) identifica como conflitos socioambientais, quando as empresas não compensam o desgaste que provocam na natureza e não reservam fundos para que a população tenha outra atividade quando a mineração se extingue. Essa é a realidade de Serra do Navio que não conseguiu se reerguer economicamente após a primeira trajetória da mineração do Estado e apesar das empresas mineradoras posteriores movimentarem a região, não houve mudanças significativas comparado a primeira expansão. Em novembro de 2004 a Alto Tocantins cancelou o contrato com a REVECOM e o cumprimento do PRAD passou a ser objeto de ações do Ministério Público Estadual, que celebrou um termo de ajustamento de conduta com responsabilização das empresas sucessoras.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversos fatores internos apresentados nos resultados das implicações socioeconômicas de Serra do Navio revelam que o desenvolvimento direcionado para essa região estabelece vínculos e influencia o rumo do Estado do Amapá, refletindo o desempenho do outro e vice-versa. A dependência de outrora permanecem enraizado na esfera política, econômica e social da sociedade amapaense, que idealiza o bem-estar do passado e aposta na exploração dos recursos não renováveis como solução para as desigualdades sociais presentes.

A participação da gestão pública e privada aliado a sociedade civil é decisivo para mudar o rumo da cidade do exclusivo enfoque dado a mineração, o projeto de regularização fundiária está na fase de titulação dos imóveis depois da transferência das terras pela SPU ao município. A criação de políticas públicas voltadas para entrelaçamento da cidade que deixou de ser empresa com as comunidades adjacentes é imprescindível no fortalecimento do pertencimento dos habitantes, gerando condições para impulsionar o desenvolvimento da região.

REFERÊNCIAS

- BRITO, Daniel Chaves. **Extração mineral na Amazônia: a experiência de manganês da Serra do Navio no Amapá**. Belém, 1994. 120f. Dissertação (Mestrado), Núcleo de altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, UFPA; NAEA, 1994.
- CUNHA, Álvaro da. **Quem explorou quem no contrato do manganês do Amapá**. Macapá: Rumo, 1962.
- CHAGAS, Marco Antônio. **Amapá: a mineração e o discurso da sustentabilidade: de Augusto Antunes a Eike Batista**. Ed. Garamond. Rio de Janeiro, 2013.
- _____. **Gestão ambiental e o discurso do desenvolvimento sustentável da mineração no estado do Amapá**. Belém, 2010. Tese (doutorado), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará.
- DRUMMOND, J. A. : **Investimentos privados, impactos ambientais e qualidade de vida num empreendimento mineral amazônico o caso da mina de manganês de Serra do Navio (Amapá)**. História, ciências, saúde, Manguinhos. Vol. VI, 753 – 792. Setembro, 2000.
- _____; PEREIRA, Mariângela de Araújo Povoas. **O Amapá nos Tempos do Manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico – 1943-2000**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Ed. Jorge Zahar, v. 1, Rio de Janeiro, 1994.
- FILHO, Edinaldo Pinheiro Nunes. Formação histórica, econômica, social, política e cultural do Amapá: descrição e análise do processo de formação histórica do Amapá. In: OLIVEIRA, Augusto; RODRIGUES, Randolfe. **Amazônia, Amapá – escritos de história**. Editora Paka-Tatu, 2009, p. 211 – 231.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. 2008. **Vila Serra do Navio: Dossiê de Tombamento**, Pará, IPHAN-PA
- _____; Vila Serra do Navio: Uma cidade modernista na Amazônia, 2008. Folder, Pará, IPHAN-PA.

LOUREIRO, Violeta R. **A Amazônia no século XII: novas formas de desenvolvimento.** Editora empório do livro. São Paulo, 2009.

MORAIS; MORAIS. **Geografia do Amapá.** Macapá- Ap. Ed. JM Gráfica, 2011.

_____. **História do Amapá: o passado é o espelho do presente.** Ed. Gráfica, 2009. P. 81-85.

MARINHO; MURTA; PORTO. **Patrimônio e Planejamento: Estudo de Caso da Vila Serra do Navio.** Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, Belo Horizonte, 2013.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **A ICOMI no Amapá: meio século de exploração mineral.** Novos cadernos. NAEA, V.6, n.2, dez. 2003, p.113-168.

_____; COELHO, Maria Célia Nunes. **As economias extrativas e o subdesenvolvimento da Amazônia Brasileira: contribuições do Prof. Stephen Bunker.** Novos Cadernos (NAEA). V.8, n.1, p. 5-17, jun. 2005.

NUNES, Elke Daniela Rocha. **AGLOMERADOS DE EXCLUSÃO: o entorno da vila operária.** 2º Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento. Florianópolis – SC, 2014. Disponível em: < <http://www.eventos.ct.utfpr.edu.br/anais/snnpd/pdf/snnpd2014/812.pdf>> Acesso em: 09.05.2017.

PASSOS, Delaíde Silva. **Capital internacional e exploração de manganês no Amapá (1930-1953).** Campinas, 2016. Dissertação (Mestrado), Instituto de economia. Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/305641/1/Passos%2C%20Delaide%20Silva_M.pdf> Acesso em: 15.09.2016

PAZ, Adalberto. **Caboclos, extrativistas e operários: a formação da mão de obra industrial na Amazônia nos anos de 1940.** Revista mundos do trabalho. Vol.5, n.9, janeiro-junho, 2013. p. 171-187. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2013v5n9p171>. Acesso em: 14.10.2016

PINTO, Manoel de Jesus de Souza. **Conhecendo o Amapá: estudos amazônicos- estudos amapaenses.** 1ª Ed. Belém, PA. Editora cultural Brasil. 2016

REIS, Melquiades José dos. CRF-UFPA planeja novas etapas da regularização fundiária em Serra do Navio. Pará, 2016. Disponível em: <<https://www.portal.ufpa.br/imprensa/noticia.php?cod=12458>> Acesso em: 09/05/2017

RODRIGUES, Donizete. Patrimônio cultural. Memória social. E identidade: uma abordagem antropológica. **Revista online do museu de lanifícios da universidade da beira interior (UBImuseum)**. Lisboa, V. 1, n. 1, p. 1-8, 2012. Disponível em: <<http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01-pdf/CS3-rodrigues-donizete-patrimonio-cultural-memoria-social-identidade-uma%20abordagem-antropologica.pdf>>. Acesso em: 08.02.2017

SANTOS, Fernando Rodrigues. **História do Amapá**. 7ª ed. Belém, Pará. Grafimorte, 2006.

_____. **História do Amapá: da autonomia territorial ao fim do Janarismo – 1943 a 1970**. Belém: Grafimorte Ind. E Comércio, 2006.

SANTOS, Bruno Augusto dos. Amazônia. **Potencial mineral e perspectivas de desenvolvimento**. Ed. USP, V. 7. São Paulo, 1981.